



PROJETO
DOM
HÉLDER
CÂMARA

CONVIVENDO COM O SEMIÁRIDO

E FORTALECENDO A

AGRICULTURA FAMILIAR



PROJETO
DOM
HÉLDER
CÂMARA



Investindo nas populações rurais



Universidade Federal
de Viçosa

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



CONVIVENDO COM O SEMIÁRIDO

E FORTALECENDO A

AGRICULTURA FAMILIAR

2025



O Projeto leva o nome do bispo católico cearense **Dom Hélder Câmara**, que faleceu aos 90 anos, em 1999. Dom Hélder Câmara ficou conhecido mundialmente como uma importante liderança política e religiosa da história do Brasil, por todo o seu comprometimento com a **justiça social e pela luta em defesa dos direitos humanos**. O sacerdote dedicou sua vida aos trabalhos de caridade junto aos pobres e marginalizados contra a fome e a miséria, além da busca pela transformação social, e demonstrava uma fé e esperança genuínas na juventude brasileira para realizar essa transformação.

“A única guerra legítima é aquela que se declara contra a miséria e a ignorância”.

Dom Hélder Câmara



Projeto Dom Hélder Câmara:

convivendo com o Semiárido e fortalecendo a agricultura familiar

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL **PRESIDENTE**

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

MINISTRO

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira

SECRETÁRIO DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL

Moisés Savian

Realização

Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT/MDA)

Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPDS/UFV)

Organizadores

Ana Carolina Cançado Teixeira

Lucas Schumacker Maluf

Rosimere Miranda Fortini
Sheyla Gomes de Almeida

Layout e diagramação

Adriana Freitas

Ilustrações e Capa

Luciana Fernandes

Mapas:

Laís Rosa Oliveira

Revisão Linguística

Cinthia Maritz dos Santos Ferraz Machado

Fotos

Acervo PDHC/MDA



PROJETO
DOM
HÉLDER
CÂMARA

Sumário

Lista de siglas	7	A ATER no PDHC II	33
Apresentação	9	Outras ações e parcerias realizadas no PDHC II	35
Objetivo geral do Projeto	10	Impactos do PDHC II	40
Fases do PDHC	11	As mulheres rurais	44
		As juventudes rurais	46
		Povos e Comunidades Tradicionais	47
Projeto Dom Hélder Câmara I	12		
Área de atuação	13	Projeto Dom Hélder Câmara III	49
Objetivos do PDHC I: geral e específicos	14	Contexto de criação do PDHC III	50
Orçamento do PDHC I	15	Os componentes de atuação do PDHC III e as ações correspondentes	51
A ATER: um dos eixos centrais das ações do PDHC I	16	Alinhamento do PDHC III aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	54
Outras ações realizadas no PDHC I	18	O foco das ações e o orçamento para o PDHC III	55
Impactos do PDHC I	20	Abordagem territorial e área de atuação	56
Parcerias no âmbito do PDHC I	24	Público-alvo e formas de acesso	57
Poimentos sobre o PDHC I	26		
Projeto Dom Hélder Câmara II	29		
Área de atuação	30		
Objetivo do PDHC II	31		
Orçamento do PDHC II	32		

Lista de siglas

AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATV – Assessoramento Técnico Virtual
CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância
CIRAD – Centre International de Recherche Agronomique pour le Développement
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONDEL – Conselho Deliberativo
CRQ – Comunidades Remanescentes de Quilombos
CSST– Cooperação Sul-Sul e Triangular
EaD – Educação à Distância
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESPLAR – Escritório de Planejamento e Assessoria Rural
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FISP – Financiamento de Investimentos Sociais e Produtivos
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GC – Gestão do Conhecimento
GEF – Global Environment Facility
IF Sertão – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSA – Instituto Nacional do Semiárido

M&A – Monitoramento e Avaliação
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MMTR-NE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
PDHC – Projeto Dom Hélder Câmara
POA – Plano Operacional Anual
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SARA – Saneamento Ambiental e Reuso de Água
SFDT – Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TED – Termo de Execução Descentralizada
UD – Unidades Demonstrativas
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UGP – Unidade Gestora do Projeto
UNB – Universidade de Brasília
UR – Unidades de Referência

Apresentação

O Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC surgiu no início dos anos 2000 como resultado de um conjunto de reivindicações populares da região semiárida brasileira, para o enfrentamento a questões prementes, historicamente vivenciadas por suas populações. Foi concebido como uma experiência piloto de um projeto estratégico no conjunto de ações públicas do Governo Federal que pudesse gerar e difundir referências que orientassem as políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário da agricultura familiar no Semiárido.

Por meio da valorização da identidade local e territorial, reconhecendo e integrando os saberes e práticas das agricultoras e agricultores familiares do Semiárido, foram implementadas inovações tecnológicas e processos de co-construção do conhecimento, tendo como eixo central uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que articulasse as dimensões sociopolíticas, ambientais, culturais, econômicas, tecnológicas e de gênero e geração.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e co-financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o PDHC se consolidou como uma referência em ações que visam contribuir para a redução da pobreza e desigualdades existentes entre as populações das áreas rurais na região do Semiárido brasileiro, tendo como base os princípios da agroecologia e de convivência com o Semiárido, tornando-se, também, referência metodológica e de articulação de parcerias para as políticas públicas e ações do próprio MDA. Em 2025, o PDHC completa 25 anos de existência na sua terceira fase. Além de continuar a contribuir para a redução da pobreza rural, o PDHC III dará ênfase em ações de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional na agricultura familiar, aos impactos das mudanças climáticas na região semiárida, bem como às desigualdades de gênero, geração e étnico-raciais. Para tanto, o MDA se empenhará para que as agricultoras e os agricultores familiares dos territórios rurais abrangidos pelo Projeto acessem políticas públicas, inovações tecnológicas e recursos que promovam sistemas alimentares sustentáveis, biodiversos e resilientes ao clima.

Esta cartilha visa fazer um breve registro dessa trajetória, evidenciando o PDHC como uma ação pública relevante no enfrentamento de questões socioambientais vivenciadas pelas populações que convivem com a região semiárida brasileira, assim como o seu papel fundamental no impulso ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Equipe do Projeto Dom Hélder Câmara - Coordenação de Superação da Pobreza Rural (SFDT/MDA).

Objetivo geral do Projeto

O Projeto atua em territórios rurais da região **semiárida brasileira** e o seu objetivo é contribuir para a **REDUÇÃO:**



- *da pobreza rural;*
- *da insegurança alimentar e nutricional; e*
- *das desigualdades de gênero, geração e étnico-raciais.*

Para isso, busca-se **VIABILIZAR O ACESSO:**



- *às políticas públicas;*
- *às inovações tecnológicas; e*
- *aos recursos que promovam sistemas alimentares sustentáveis, biodiversos e resilientes ao clima.*



Fases do PDHC

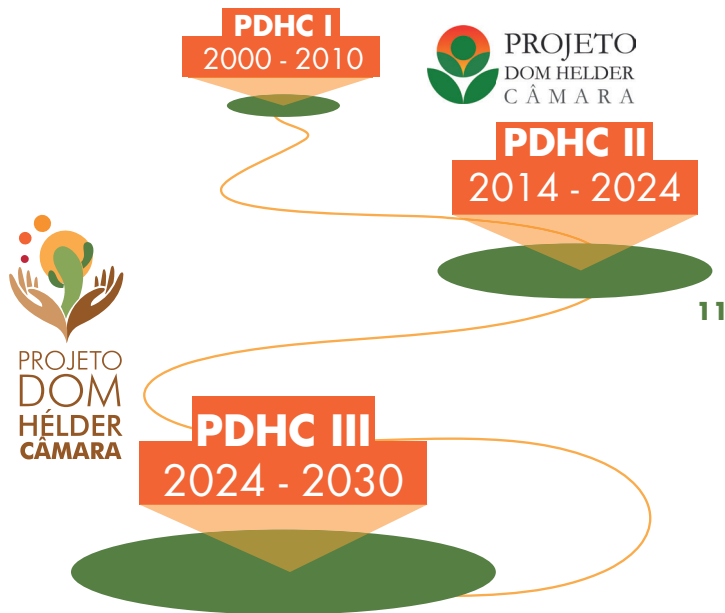
O PDHC foi criado em 2000 pelo Governo Federal em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a sua implementação ocorre em fases, com metodologias e arranjos específicos.

Com uma trajetória de **25 anos**, o PDHC se tornou uma referência em projetos que promovem o desenvolvimento rural sustentável e o combate à pobreza no Brasil.

A terceira fase já é uma realidade e tem previsão de duração de 6 anos!

★ PDHC NO TOP 5! ★

Em 2024, o PDHC foi reconhecido, a nível internacional, como um exemplo de projeto que oportuniza efetivas transformações junto a milhares de pessoas e gera impactos positivos na agricultura familiar na região semiárida brasileira. Assim, o Projeto está no TOP 5 das ações mais bem-sucedidas do FIDA no mundo!



A faint, stylized line drawing of a family of six (two adults and four children) is visible in the background, rendered in a light green color that matches the page's background. The family is standing together, with the adults on the ends and children in the middle.

Projeto Dom Hélder Câmara I¹

¹ As informações e dados inseridos neste capítulo são provenientes do Relatório de Conclusão do PDHC I.

Área de atuação

O PDHC I teve início no ano 2000 com o propósito de **melhorar as condições sociais e econômicas** dos sujeitos partícipes do programa brasileiro de reforma agrária e de produtores familiares situados na região semiárida do Nordeste do país.

Atuou em oito territórios localizados em **seis estados da região Nordeste**: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Piauí.



Objetivos do PDHC I:

geral e específicos

No início, a finalidade principal do PDHC I era melhorar as condições socioeconômicas de famílias do meio rural na região Nordeste e semiárida brasileira, por meio do acesso à mercados e melhorias na gestão das atividades produtivas.

Entretanto, houve um consenso de que era necessário ajustar o objetivo geral do PDHC I para algo mais amplo e, assim, foi redefinido para:

Gerar e difundir referências que possam orientar políticas públicas de **combate à pobreza** e apoio ao **desenvolvimento rural sustentável** do Semiárido.

Objetivos específicos:



elevar o nível de segurança hídrica e alimentar;



ampliar a capacidade tecnológica e de gestão;



ampliar a ocupação produtiva, emprego e renda;



apoiar a diversificação de atividades e culturas;



ampliar acesso aos serviços financeiros e ao crédito; e



apoiar espaços inter-institucionais democráticos para implementação participativa de políticas públicas.

Orçamento do PDHC I

Para atingir os objetivos propostos no PDHC I, foram aplicados

R\$ 182.892.000,00

entre recursos diretos e indiretos.

Sendo que desse total:



62%

Orçamento do Governo Federal mediante acordo de empréstimo junto ao FIDA

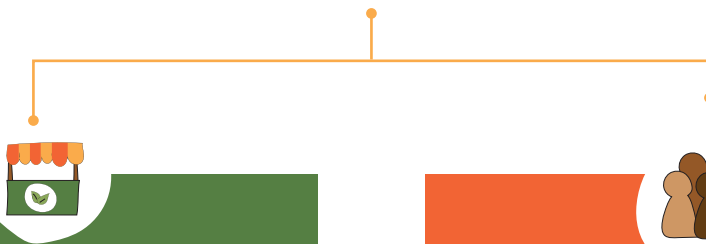
38%

Cofinanciamentos por meio de parcerias e acesso às políticas públicas



A ATER: um dos eixos centrais das ações do PDHC I

O **fornecimento de assessoria técnica** foi um dos eixos centrais das ações do PDHC I e teve **impacto nas comunidades rurais atendidas** por meio da realização de ações que contribuíram para:



16



a segurança hídrica e para as mudanças na produção que levaram à melhoria da segurança alimentar e à disponibilidade de excedentes para venda, além da agregação de valor nos produtos comercializados e o acesso aos mercados.



o acesso às políticas públicas e tecnologias sociais.

O fornecimento dos serviços de ATER, dentro do PDHC I, ocorreu por meio de **organizações não governamentais (ONGs)**, que trabalharam sob orientações e regras dadas em termos de referência elaborados pela Unidade Gestora do Projeto (UGP). Assim, no PDHC I a ATER foi fornecida para um total de

15.050

famílias de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária.



Outras ações realizadas no PDHC I

18

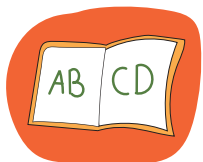
Embora a ATER tenha integrado a maior parte das ações do PDHC I, outras ações igualmente importantes compuseram a cesta de atividades do Projeto. Dessa forma, na primeira fase do PDHC:



11.727

famílias foram beneficiadas por meio de projetos de **Financiamento de Investimentos Sociais e Produtivos (FISP)**, em geral voltados para:

- segurança alimentar e geração de renda;
- segurança hídrica;
- saneamento básico;
- infraestrutura comunitária; e
- produção agrícola.



4.520

pessoas, entre jovens e adultos, **foram alfabetizadas**. A ação de alfabetização impactou positivamente a vida dessas pessoas ao despertar nelas uma maior **autoestima e o interesse em participar de processos de tomadas de decisão**, além de proporcionar uma maior capacidade de aprendizagem e aproveitamento dos serviços de ATER.

Ainda em relação às ações implementadas no PDHC I, destacam-se as ações transversais de gênero, geração e etnia. O intuito delas foi:

- **garantir a equidade da participação de homens e mulheres nas diferentes ações do Projeto;**
- **fortalecer o protagonismo das juventudes; e**
- **orientar ações de apoio às comunidades quilombolas.**

Em geral, essas ações transversais foram implementadas por ONGs chamadas de parceiras “referenciais” em cada território. As parceiras referenciais eram responsáveis por capacitar tanto os (as) técnicos (as) da ATER e os (as) mobilizadores (as) sociais quanto os sujeitos partícipes do Projeto.

Entre as ações transversais realizadas, encontram-se:

A elaboração de diagnósticos de gênero e de geração nos territórios de Pajeú, Apodi, Cariri, Sertão Central de Ceará e Sertão Sergipano e de geração para orientar as ações transversais nos diferentes componentes do Projeto.

A realização de uma campanha de emissão de documentação para mulheres rurais nos territórios: Pajeú, Apodi, Cariri, Sertão Central de Ceará e Sertão Sergipano. Essa ação possibilitou que 14.257 mulheres tivessem acesso aos seus documentos.

O apoio ao desenvolvimento de atividades de comunicação e cultura (como a instalação de rádio e publicação de jornais comunitários) por parte da juventude nos territórios de Apodi e Sertão Central de Ceará.

A capacitação de “multiplicadores de direitos” sobre temas relativos aos direitos de mulheres e jovens, como o combate à violência contra a mulher, cidadania e acesso a crédito.

O acompanhamento da gestão de unidade demonstrativa (UD) e de projetos FISP de grupos de mulheres e jovens, por parte das parceiras referenciais.

A promoção de capacitação, intercâmbios e oficinas que abordaram temas étnicos e culturais em comunidades quilombolas no território do Pajeú.

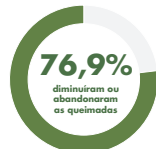
A formação de Grupos de Trabalho de Crédito, Gênero e Geração nos territórios do Pajeú, Cariri, Apodi, Sertão Sergipano e São João de Piauí para promover espaços de discussão sobre as linhas de crédito do PRONAF Mulher e PRONAF Jovem.

Impactos do PDHC I

Com base nos resultados da pesquisa de impacto, realizada com uma amostra de famílias beneficiadas, observou-se que:

20

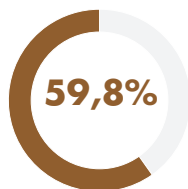
em relação às práticas agrícolas, com o Projeto:



e no que diz respeito à criação de animais:



Ainda, com base nessa pesquisa de impacto do PDHC I, verificou-se que:



das famílias beneficiárias que participaram da pesquisa afirmaram ter havido mudanças nos hábitos alimentares. Os dados indicaram que houve:

- diversificação da produção agrícola; e
- aumento de produção de carnes e leite.

Dentre as famílias beneficiadas, que haviam adotado mudanças nas formas de produzir, foi observado um crescimento de suas rendas entre:

1 e 1,5
salários-mínimos.



Adicionalmente, o PDHC I gerou impactos positivos sobre:

Ativos de desenvolvimento das capacidades



- formação em novos conhecimentos e habilidades em aspectos produtivos, tecnológicos e de comercialização adquiridos pelos(as) agricultores(as); e
- novos conhecimentos adquiridos por profissionais e técnicos(as) locais.

Ativos sociais e autonomia



- formação de novas lideranças;
- aumento da autoestima;
- mudanças de atitudes e maior autonomia das mulheres; e
- fortalecimento da capacidade de identificação e resolução de problemas.

Foram implementadas

542



bibliotecas rurais

nos oito territórios de atuação do Projeto. Isso viabilizou o acesso à livros e o incentivo à leitura, além do apoio dado à educação formal e não formal nas comunidades rurais.

Instituições e serviços



- criação de um grupo de prestadores de serviços de ATER adequado às demandas dos(as) agricultores(as) familiares;
- fortalecimento de organizações representativas dos(as) trabalhadores(as) rurais e dos(as) assentados(as);
- formação de instituições financeiras provedoras de microcrédito; e
- fortalecimento de espaços locais de discussão e deliberação.



Cuidados com o meio ambiente

- mudanças na forma de produzir com a adoção de práticas produtivas sustentáveis;
- maior uso de insumos biológicos e orgânicos;
- aplicação de métodos sustentáveis de gestão dos recursos naturais; e
- introdução de métodos de armazenamento de água.



Ativos financeiros

- acesso ao crédito: 7.200 famílias tiveram acesso, pela primeira vez, aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e
- novas fontes de renda.

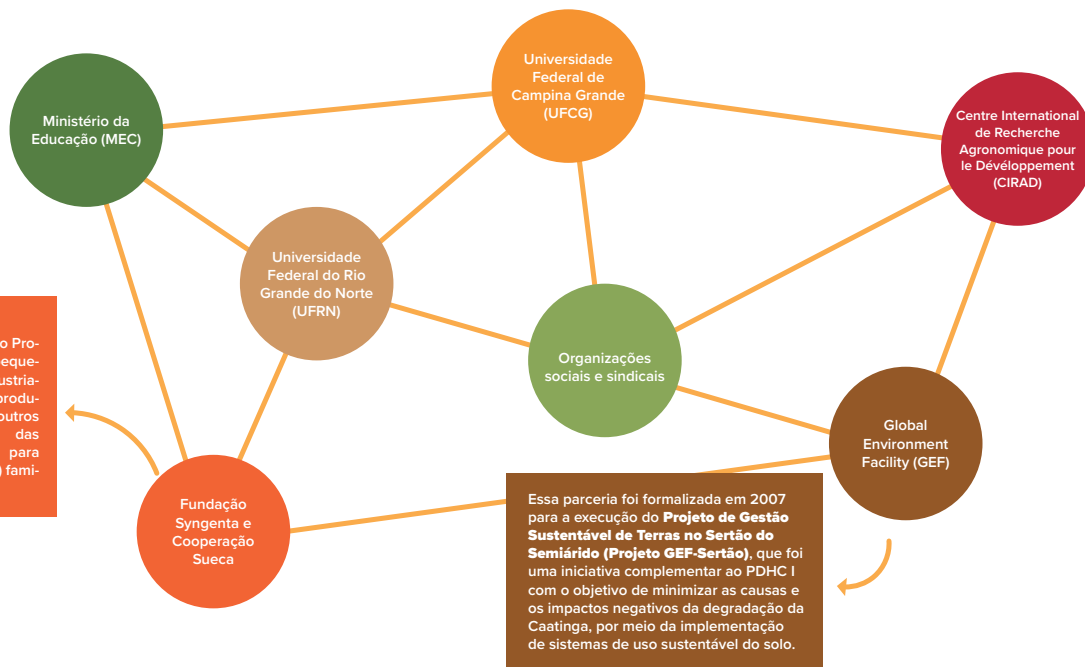


Acesso a mercados

- criação e fortalecimento de feiras agroecológicas localizadas nas sedes dos municípios, nas quais os (as) agricultores (as) podiam vender diretamente seus produtos; e
- comercialização de produtos junto aos programas de compra do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Parcerias no âmbito do PDHC I

A realização de todas as ações no PDHC I foi viabilizada pelo apoio de uma rede comprometida de parceiros formada por:



No PDHC I também foram formalizadas parcerias que apoiaram as ações transversais com foco na **promoção da igualdade de gênero**, as executoras foram:

- Casa da Mulher do Nordeste no território Pajeú (Pernambuco);
- CAATINGA no Sertão do Araripe (Pernambuco);
- Centro Feminista 8 de Março no Apodi (Rio Grande do Norte);
- ESPLAR no Sertão Central (Ceará);
- Cunhã e Centro da Mulher 8 de Março no Sertão do Cariri (Paraíba); e
- ONG Grupo Mulher Maravilha no território do Pajeú (Pernambuco).



Depoimentos sobre o PDHC I

Edvânia de Souza Silva (53 anos)

é Engenheira Agrônoma, Licenciada em Ciências Agrícolas, com especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo. Atuou no PDHC I e suas atribuições estavam relacionadas à realização da assessoria técnica direta nas comunidades e assentamentos, com uma frequência de duas visitas técnicas por semana. Entre as suas atribuições estavam: a elaboração de projetos produtivos, desenvolvimento dos planejamentos das ações juntamente com os sujeitos partícipes do Projeto, a realização de avaliações trimestrais, a construção do Plano Operacional Anual (POA); a implantação dos projetos FISP para galinha caipira, caprinovinocultura, suinocultura, piscicultura e sistemas de mandala; além da construção de UD de campos de Forragem e palma doce, entre outras ações. Em relação às lições aprendidas, Edvânia afirma que:

"Aprendi muito enquanto profissional com nossos agricultores e agricultoras, em trabalhar com planejamento semanal e monitoramento, com implantação dos projetos produtivos e acompanhamento dos mesmos. Aprendi muito sobre meu ambiente, agroecologia, relações de gênero, economia solidária, Quintais Produtivos."



Givanilson Porfirio da Silva (49 anos)

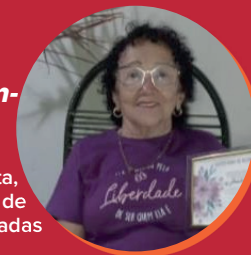
atuou na Coordenação técnica da mobilização social no PDHC I entre 2003 a 2010 nos Territórios Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe (ambos em Pernambuco). Em relação à forma como foi implementada as ações de Assessoria Técnica Rural junto às famílias, Givanilson destacou que:

"Esse modelo de implementação gerou muito compromisso com as metas porque são demandas reais construídas pelas próprias famílias, a partir de um olhar estratégico sobre sua realidade, e não feito para ela em Brasília ou numa chamada genérica de ações que podem até ser importantes, mas não estão enraizadas nas suas demandas reais e fundamentais. Por isso, a execução era quase 100% em todos os anos. E também as próprias famílias e a mobilização social, sobretudo, faziam o monitoramento da execução do plano de ação da ATER, e nas reuniões do Comitê Territorial também se apresentavam os relatórios parciais para ver o percentual de execução e quais as dificuldades para buscar a solução. Esse modelo de interação gerava muita corresponsabilidade. O monitoramento da mobilização social era feito pelas famílias, que apresentavam um relatório de avaliação da mesma. A participação de todos e todas na definição das metas, no próprio território, era o grande elemento de identidade e compromisso com as mesmas, por gerar um sentimento de pertencimento e diálogo para a sua construção."



Depoimento de Maria Auxiliadora Dias Cabral (75 anos),

residente na comunidade rural do município de São José do Belmonte, Pernambuco:



“Meu nome é Maria Auxiliadora Dias Cabral, tenho 75 anos, sou solteira, agricultura e educadora popular feminista, formada em História, mãe solo de uma filha do coração e dois netos. Sempre fui uma feminista rural, atuando de forma a reduzir as desigualdades de gênero, e sempre militei e participei de movimentos e de organizações ligadas ao campo.

Como parte da coordenação geral da campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, para mim, foi uma experiência única. Além de contribuir com a documentação das mulheres trabalhadoras rurais, esse Projeto desenvolveu capacitações direta para 45 municípios nordestinos, atingindo 125 grupos por município, em uma média de oito mulheres em cada grupo. Assim, perfaz, aproximadamente, mil mulheres de lideranças capacitadas diretamente em cidadania, gênero, identidade feminina rural e políticas públicas. Cerca de 70% dos grupos de base de mulheres rurais foram inseridos nos processos de capacitações no PDHC I.

Essa campanha foi um marco histórico, a ponto de ser reconhecido nacionalmente e de tornar-se uma política pública de responsabilidade do poder público. Hoje, todas as pessoas do campo e da cidade, independente do gênero e de raça, têm o direito de obter os seus documentos sem nenhum ônus. Assim, se torna acessível o direito à cidadania, uma vez que todos e todas somos iguais. Ter documento é uma questão de cidadania!

Em geral, apesar de todas as dificuldades, o trabalho foi realizado com sucesso, mesmo porque o foco era capacitar as mulheres em cidadania e documentar as mesmas e isto foi feito em todo o Nordeste. Como resultado, as mulheres passaram a ter acesso a diversos benefícios, entre eles os benefícios previdenciários. O PDHC proporcionou avanços que brilham no olhar de cada participante até hoje, inclusive das mulheres que, assim como eu, atuaram como gestoras. Todas nós aprendemos muito com o PDHC, mas ensinamos também. A prática do Movimento tem sido, até hoje, reconhecida como multiplicadora de quadros de lideranças de grupos de teorias e de saberes.

Foi perceptível que, após o apoio do PDHC, houve uma maior visibilidade das organizações que executaram o projeto como também das lideranças do MMTR-NE, que já vinham atuando em suas bases, mas não tinham os recursos para realizar as formações. Ademais, o PDHC abriu portas para mais parcerias, a partir da execução de outros projetos do Movimento junto às agências de cooperação internacional e nacional.

Tivemos muitos acertos visíveis e invisíveis, indicando que valeria a pena retomar essa parceria com o PDHC, bem como para realizarmos mais ações de formações nos municípios, para trabalharmos incluindo novas práticas pedagógicas adaptadas à conjuntura da atualidade, fortalecendo, sem dúvida, o movimento e as mulheres rurais desse valioso Nordeste terra da gente, onde nascemos e criamos vínculos afetivos. Logo, seria proveitoso ao Projeto e ao movimento.



Depoimento de Margarida Pereira da Silva (75 anos)

residente na comunidade rural do município de Casinhas, Pernambuco:



“ O primeiro contato com o PDHC I ocorreu por meio de uma reunião de rede com diversas organizações, movimentos, agências de cooperação internacional e uma assessoria do Projeto. Nessa reunião, fui representando o MMTR-NE, como Secretária Executiva. Na ocasião, falamos sobre a situação econômica do Movimento, uma vez que, por falta de recursos, não estávamos conseguindo dar continuidade às ações, principalmente em relação ao trabalho que era realizado junto às trabalhadoras rurais, para que as mesmas tirassem os seus documentos a fim de terem acesso aos seus direitos e às políticas públicas. Naquele momento, foi definido que o MMTR-NE, em parceria com o PDHC I, faria um projeto para trabalhar a documentação das mulheres rurais no Semiárido nordestino. Em 2002, eu atuava como Secretária Executiva do MMTR-NE e, quando foi aprovado o projeto, eu fiz parte da coordenação geral.

Naquele período, início dos anos 2000, quase não existiam políticas públicas voltadas para as mulheres rurais. Mas, se elas não tinham documentos, não conseguiam aproveitar as poucas oportunidades que surgiam. Assim, o PDHC proporcionou ao MMTR-NE a continuação do trabalho de base e da realização das formações, além de chegar nas mulheres rurais nos mais diversos municípios do Nordeste, que antes não era possível devido à falta de recursos. Portanto, a parceria com o PDHC foi fundamental para que as mulheres dali em diante pudessem ter acesso aos seus documentos e acessar as políticas públicas, inclusive o PRONAF Mulher.

Ver a felicidade estampada nos rostos de cada uma das trabalhadoras rurais ao acessarem seus documentos nos deixava muito contentes. Aliás, a campanha de documentação teve uma repercussão tão grande que se tornou uma política pública por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural do governo federal. Nós temos muito orgulho do nosso Movimento que, com o apoio do PDHC, obteve essa conquista.

É importante mencionar que a atuação do PDHC I foi pensada não somente para prover a documentação para as mulheres trabalhadoras rurais, como também para garantir a sua cidadania e o acesso aos seus direitos. Para isso, o PDHC forneceu a ATER para as mulheres, por meio da metodologia participativa, que possibilitou a formação de um espaço de aprendizagem e trocas de experiências. Consideramos que essa assistência foi crucial para o bom desenvolvimento do projeto. Os técnicos acompanharam todo o processo bem de perto, inclusive as capacitações que foram realizadas e que abordaram os temas que afetam o nosso dia a dia, a exemplo da violência doméstica, das questões de gênero, do direcionamento quanto aos nossos direitos, da importância da participação das mulheres em cargos de liderança nas organizações e na política partidária etc.

Como resultado, constatou-se que houve o aumento do número de mulheres nas organizações sociais e em cargos decisivos. Ademais, muitas mulheres se associaram aos sindicatos rurais, o que oportunizou a aposentadoria por idade, uma vez que também já possuíam seus documentos em mãos.

No âmbito produtivo, após o PDHC I, as mulheres passaram a adotar as práticas mais sustentáveis e a ter uma produção orgânica dos alimentos e ervas medicinais. Por exemplo, houve uma mudança na prática de queimar as folhagens e os lixos. Nesse caso, as mulheres passaram a reaproveitar as folhas para adubo e a fazer a separação do lixo orgânico (direcionado para a compostagem) do lixo reciclável (as garrafas pets eram usadas nos canteiros e as sacolas reaproveitadas em artesanato).



Projeto Dom Hélder Câmara II²



² As informações e dados inseridos neste capítulo são provenientes do Relatório de Conclusão do PDHC II.

No período de 2014 a 2024, a segunda fase do Projeto atravessou vários eventos externos que influenciaram diretamente no seu desenho, a exemplo:

- das mudanças políticas e das dificuldades econômicas;
- da maior crise hídrica do século XXI; e
- da pandemia da COVID-19.

Diante dessas eventualidades, o PDCH II teve que ser reformulado para conseguir atender os objetivos e alcançar as metas.

30

Área de atuação

A área de atuação do PDHC II se expandiu na região de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, assim, contemplou um total de **913 municípios em 11 estados**. Sendo que:

- **9 estados da região do Nordeste:** Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; e
- **2 estados da região Sudeste:** Minas Gerais e Espírito Santo.

Objetivo do PDHC II

*O objetivo geral do PDHC II foi contribuir para a **redução da pobreza e da desigualdade rural no Semiárido** por meio:*

- da melhora da articulação e acesso às políticas de desenvolvimento rural sustentável por parte dos (as) agricultores (as) familiares da região semiárida brasileira; e
- do aprimoramento do desenho de políticas públicas para o Semiárido, a partir da sistematização e da replicação de inovações e experiências exitosas ocorridas durante o Projeto.

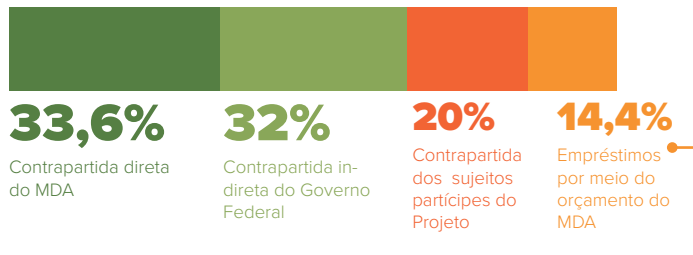


Orçamento do PDHC II

Para atingir os objetivos propostos no PDHC II, foram aplicados

USD 125 milhões

de recursos. Sendo que desse total:



- USD 3 milhões do FIDA
- USD 15 milhões provenientes Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)



Placas de energia solar do sistema de saneamento e reuso agrícola

A ATER no PDHC II

Para adequar-se às mudanças institucionais no Governo Federal, a modalidade de contratação dos serviços de ATER precisou ser modificada em relação à fase anterior do Projeto. No PDHC II, foi estabelecido um contrato de gestão do MDA com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que se tornou a responsável pela contratação e pelo gerenciamento da prestação de serviços de ATER. A ANATER, por meio de Instrumento Específico de Parceria e Chamadas Públicas, contratou empresas públicas e entidades privadas de ATER para execução de serviços de dois anos de duração, em média.

A aliança estratégica com a ANATER beneficiou

57.933 famílias

por meio dos serviços prestados por **17 entidades do setor privado e 10 do setor público**. Nesse caso, as ações envolveram: capacitações, acompanhamentos para a implementação de práticas agroecológicas, diversificação dos sistemas produtivos voltados para o autoconsumo familiar e venda do excedente.

Dentre essas famílias atendidas pela ATER:

- **16.040** foram beneficiadas com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (ou Programa Fomento Rural) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) no valor de **R\$ 2.400,00** por família; e
- **2.394 famílias** de comunidades quilombolas foram beneficiadas com o Programa Fomento Rural no valor de **R\$4.600,00** por família.



O Programa Fomento Rural, instituído pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011, e regulamentado pelo Decreto nº 9.211, de 06/12/2017, e suas alterações, combina a transferência de renda com o acompanhamento social e produtivo, por meio da elaboração e implantação de projetos de fomento produtivo.

No âmbito do PDHC II houve articulação entre

Programa Fomento Rural
(com recursos financeiros não reembolsáveis)



Fornecimento de serviços de
ATER

O intuito foi promover a **inclusão produtiva das famílias da agricultura familiar em situação de extrema pobreza** para viabilizar o aumento da produção a ser destinada tanto para o autoconsumo quanto para a venda do excedente e, assim, adquirir um aumento na renda e melhoria da qualidade alimentar.

Outras ações e parcerias realizadas no PDHC II

As ações do PDHC II foram realizadas por meio da colaboração com uma ampla gama de parcerias. Assim, além do fornecimento da ATER, foram executadas outras ações, por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), com instituições públicas federais. No total, foram firmadas

12 parcerias.

Em um projeto com tamanha abrangência como o PDHC II, a articulação e a formação de parcerias foi um fator estratégico para a realização das ações e o atendimento dos objetivos.



- **9 instituições parceiras** atuaram diretamente com as famílias, organizações de agricultores (as) familiares e **Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)**, realizando capacitações e abordando temáticas relacionadas, por exemplo, às inovações tecnológicas que são relevantes e necessárias para os (as) agricultores (as) familiares da região semiárida;
- **1 parceria** foi realizada com o **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**, por meio da Subsecretaria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA, com o objetivo de realizar mutirões de documentação da trabalhadora rural no Semiárido; e
- **2 parcerias** foram estabelecidas com **universidades** que contribuíram com a realização de atividades de monitoramento e avaliação do Projeto.

A Universidade de Brasília (UnB) realizou a avaliação de impacto e o monitoramento de serviços de ATER.



A Universidade Federal de Viçosa (UFV) avaliou os resultados dos TEDs.

Beneficiaram no total:

12.370
famílias



14.719
pessoas
foram atendidas

Em síntese, o número total de famílias beneficiadas e as ações realizadas pelas outras parcerias formalizadas por meio dos TEDs foram:

1.000

famílias foram atendidas com as ações realizadas no âmbito do TED com o FINEP/FNDCT.



- Dentre essas ações estavam: o resgate de tecnologias tradicionais utilizadas na produção de queijos para a valorização da diversidade biológica, social e cultural, além da difusão de boas práticas de produção e processamento de leite e derivados.

65

famílias foram atendidas pelas ações estabelecidas no TED com a CODEVASF.



- Essa instituição foi responsável por produzir e distribuir mudas de palma forrageira resistentes à *Cochonilha-do-Carmim*.

1.822

famílias foram atendidas pelas ações implementadas no âmbito do TED com o IF Sertão.



- As ações estavam relacionadas ao repasse de conhecimentos, tecnologias, processos, produtos e serviços para superar os principais desafios da ovinocultura na região produtora do São Francisco no Sertão Pernambucano.

1.490

famílias foram atendidas pelas ações executadas no TED firmado com o INSA.



- O foco das ações foi difundir a cultura da palma forrageira resistente à *Cochonilha-do-Carmim*, a partir da instalação de unidades de produção com utilização da água de reúso para irrigação localizada, por meio de cisternas de produção associadas aos sistemas de energia fotovoltaica. Nesse cenário, merece destaque a difusão do Saneamento Ambiental e Reúso de Água (SARA).



Participação do PDHC II no Semárido Show



Sistema de reuso de águas SARA (Saneamento Ambiental e Reuso de Água), por meio do Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

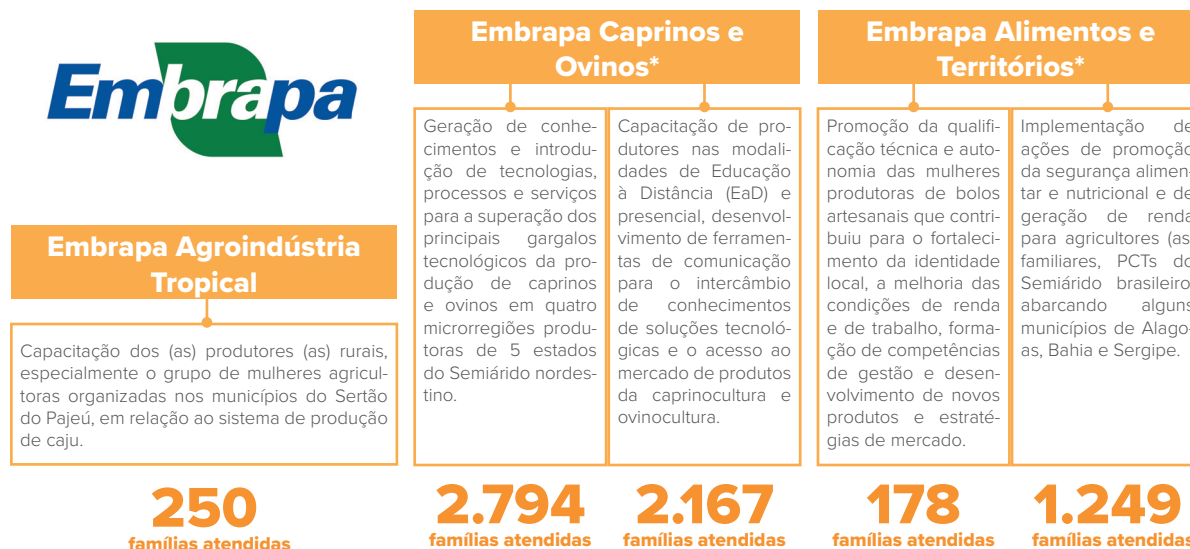


Diversificação de produtos derivados de jabuticaba e multiplicação de sementes crioulas junto à Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Campesina do Estado de Alagoas – COOPCAM, no município de Palmeira dos Índios/AL, apoiados pelo PDHC II por meio da Embrapa Alimentos e Territórios.



Viveiro de mudas da Associação de Agricultores Alternativos – AAGRA em Igaci/AL, apoiado pelo PDHC II, por meio da Embrapa Alimentos e Territórios.

As ações realizadas no âmbito dos TEDs com cada uma das Unidades Descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os respectivos quantitativos de famílias atendidas, foram:



* Foram dois TEDs diferentes implementados nessa mesma unidade da EMBRAPA.

Embrapa Semiárido*

Capacitação de extensionistas e famílias agricultoras em tecnologias de convivência com o Semiárido, sobre as temáticas de: aproveitamento agroindustrial de frutas nativas; criação de abelhas-sem-ferrão; produção de sementes e mudas da Caatinga; reúso de águas cinzas; compostagem e aproveitamento de resíduos.

469

famílias atendidas

Forneceu apoio à participação de famílias atendidas pelo Projeto, em uma feira de tecnologias para o Semiárido (o Semiárido Show, que é a maior feira do Semiárido brasileiro).

Não houve sujeitos partícipes do Projeto de forma direta³.

* Foram dois TEDs diferentes implementados nessa mesma unidade da EMBRAPA.

³ Os recursos foram utilizados para apoiar a montagem da estrutura da feira de tecnologia, que recebeu milhares de visitantes. Portanto, não houve sujeitos partícipes do Projeto de forma direta.

Embrapa Meio-Norte

Capacitação de técnicos (as) da ATER e de mulheres na região Meio-Norte do Brasil sobre as atividades produtivas relacionadas à cultura do feijão-caupi, apicultura, criação de ovinos e caprinos, galinhas caipiras e ao Sisteminha Embrapa.

886

famílias atendidas

As parcerias com as unidades descentralizadas da Embrapa localizadas no Nordeste foram muito relevantes para a efetividade das ações do PDHC II, tendo em vista que possibilitou a introdução de inovações produtivas tecnológicas e a produção de materiais para a disseminação das boas práticas relacionadas aos temas que são prioritários para os sujeitos partícipes do Projeto.

Impactos do PDHC II

Com a avaliação de impacto do PDCH II foi possível mensurar que houve:

- a **redução** de aproximadamente **90% da pobreza extrema** entre os sujeitos partícipes do Projeto que acessaram os serviços de ATER;
- o **aumento de 23%** nos ativos das **famílias beneficiárias**; e
- o **impacto na variação de renda** das famílias por meio da **melhoria da renda agropecuária** (animal e vegetal) em até:
 - **16% para as famílias que não receberam Fomento**; e
 - **30% para aquelas que receberam.**

O PDHC II promoveu:

a **diminuição da pobreza rural** e o **aumento da renda!**



**Adicionalmente,
o Projeto gerou
outros impactos
positivos por pos-
sibilitar:**



O fortalecimento do capital humano e social

A partir da formação dos (as) técnicos (as), do incentivo à participação de jovens e mulheres, de capacitações em diversas temáticas, das ações de estímulo ao associativismo, entre outras ações.



O Acesso às Tecnologias Sociais

Alguns exemplos de tecnologias sociais disseminadas no PDHC II foram: a tecnologia Saneamento Ambiental e Reúso de Água (SARA) associada com a distribuição de mudas de palma forrageira mais resistentes, o melhoramento genético de caprinos, entre outras.



O Aumento da Produtividade Agrícola

A partir do aumento da produção agropecuária, do uso eficiente de insumos adequados, do acesso às inovações tecnológicas e da adoção de boas práticas de produção.



O Acesso aos Mercados

Com destaque para a venda em feiras e em mercados institucionais.



A Melhoria na Segurança Alimentar e Nutricional

Por meio do aumento da disponibilidade e acesso aos alimentos.

Outros importantes indicadores da avaliação de impacto do PDHC II demonstraram que, nessa fase, as metas não só foram atendidas, como também foram superadas. Por exemplo:

42



53.483

famílias relataram a adoção de insumos, tecnologias ou práticas novas/aprimoradas.

Esse número representa 297% da meta inicial!



16.790

famílias relataram aumento na produção.

Esse número representa 104% da meta inicial!



2.592

agentes de ATER foram capacitados, sendo que desse total 549 foram mulheres.

Esses números superaram as metas iniciais de 250 e 125, respectivamente.



89

produtos de Gestão do Conhecimento (GC) foram sistematizados, sendo que desse total 54 são vídeos e 35 são livretos.

No total

70.303
famílias

participaram do
PDHC II

57.933

famílias beneficiadas por meio das ações da ATER.

Em alguns casos ocorreu a combinação entre a ATER e Fomento, o que possibilitou o financiamento de projetos produtivos a uma parcela das famílias. Ademais, diversas organizações de ATER acompanharam aproximadamente 1.300 Unidades de Referência, com o intuito de otimizar e multiplicar as experiências bem-sucedidas entre os sujeitos partícipes do Projeto.

12.370

famílias beneficiadas pelas iniciativas via TEDs.

Essa modalidade, inclusive, foi uma inovação em relação à ATER tradicional, pois aproxima as instituições públicas de pesquisa aos (as) agricultores (as) familiares. Essa interação possibilitou a:

**identificação de novas
demandas de pesquisa**



**a disponibilização de inovações tecnológicas e
acesso ao conhecimento no âmbito familiar, como
em organizações sociais produtivas e comerciais,
como as cooperativas e as associações.**

Em geral, foi dada às famílias da agricultura familiar a oportunidade da qualificação de suas produções alimentares já existentes (agrícola e/ou criação de animais adaptados ao Semiárido), o que possibilitou:

- a manutenção de patrimônio cultural;
- a ampliação da autonomia das mulheres; e
- a resiliência diante das condições desafiadoras de quem convive com o Semiárido brasileiro.

As mulheres rurais

Com o intuito de contribuir para uma maior equidade de gênero e para a autonomia das mulheres no meio rural, as mulheres rurais foram um dos grupos prioritários atendidos no PDHC II.

44

45.393
mulheres

foram beneficiadas no PDHC II. Aproximadamente, 23.000 mulheres receberam ATER sem Fomento, além de 5.500 que receberam acompanhamento por meio dos TEDs.

Para isso, o Projeto desenvolveu uma estratégia de atuação que alcançou importantes resultados junto às mulheres, por exemplo:

Garantiu a inclusão das mulheres nas atividades produtivas, levando em consideração as suas demandas e necessidades específicas.

Oportunizou ações direcionadas ao desenvolvimento das capacidades das mulheres, por meio do acesso à ATER, para possibilitar a valorização do papel desse público na produção familiar, além de promover a melhoria do seu desempenho, a partir das capacitações.

Aumentou a autonomia econômica das mulheres por meio do acesso e controle aos recursos do Fomento Produtivo. Por exemplo, de um total de 18.434 Fomentos, 77% foram liberados em nome de mulheres.

Contribuiu para que as mulheres fossem socialmente reconhecidas na esfera econômico-produtiva das famílias por meio do uso das Cadernetas Agroecológicas.



Preparação do campo no Curso de produção de feijão Caupi, realizado por meio da EMBRAPA Meio Norte.



Doces e geleias, Gameleiras, Desterro, Bahia, por meio da EMBRAPA Semiárido



Entrega de raquete de palma forrageira, por meio da CODEVASF



Mutirão de documentação da trabalhadora rural, por meio do INCRA.



Campo de palma forrageira irrigado com água de reuso, por meio de ações do Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

As juventudes rurais

A juventude rural foi um dos públicos prioritários do PDHC II. Principais resultados:

O aumento da autonomia econômica

por meio do apoio dado aos (às) jovens para que pudessem acessar recursos, ativos e serviços. Em geral, isso possibilitou que os (as) jovens:

- aumentassem a produção de alimentos;
- **gerassem impactos positivos em suas comunidades**, por exemplo, com o aumento da participação nas organizações coletivas rurais.

10.698 jovens

com idade entre 15 e 29 anos, que são responsáveis por alguma atividade produtiva, foram atendidos (as) no PDHC II por meio das organizações de ATER. Desse total,

3.418
são homens
jovens

Sendo que **13%**
desses jovens
receberam
Fomento Pro-
dutivo

7.280
são mulheres jovens

Sendo que **31%** dessas
jovens receberam Fomento
Produtivo



Povos e Comunidades Tradicionais

No âmbito do PDHC II, os PCTs também fizeram parte do público-alvo prioritário. Dessa forma, no total:



6.119

famílias de comunidades quilombolas foram beneficiadas.

75% dessas famílias receberam o Fomento Produtivo.



345

famílias de comunidades indígenas foram beneficiadas.

54% dessas famílias receberam o Fomento Produtivo.

47

Programa Ater Quilombola no PDHC II

Adicionalmente, ocorreu pela primeira vez uma chamada de ATER focalizada exclusivamente em agricultores (as) familiares pertencentes às comunidades quilombolas rurais certificadas pela Fundação Cultural Palmares. O propósito desse programa foi ampliar a oferta do serviço de ATER e as possibilidades de acesso às políticas públicas rurais para esse público.

3.200

famílias de comunidades quilombolas foram atendidas pela **ATER Quilombola**.

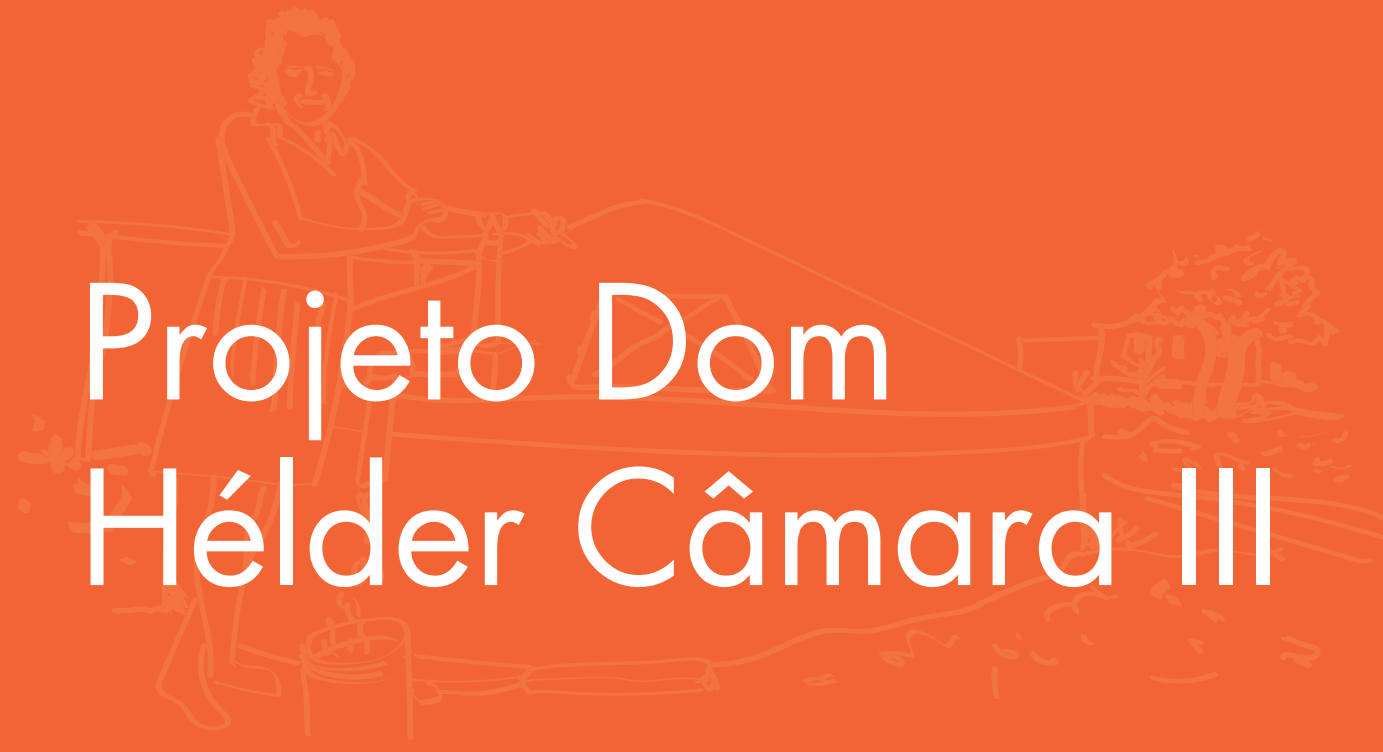
Desse total, 74,8% receberam o Fomento Produtivo.

Após 24 anos
de história, uma
nova fase se
inicia: o PDHC III



PROJETO
DOM
HÉLDER
CÂMARA

Projeto Dom Hélder Câmara III

A faint, light-colored line drawing of Dom Hélder Câmara is visible in the background. He is depicted sitting in a chair, leaning forward with his hands resting on his knees, in a contemplative or prayerful pose. The drawing is minimalist, using only outlines and some light shading to define his features and clothing.

Contexto de criação do PDHC III

Apesar dos relevantes resultados e impactos positivos alcançados pela implementação das duas etapas do PDHC, a realidade socioeconômica da agricultura familiar no Semiárido brasileiro permanece com:

50



**altos
índices de
pobreza**



**insegurança
alimentar e
nutricional**

Esses problemas em conjunto com o **agravamento das mudanças climáticas** e de seus impactos sobre a região semiárida, geram demandas **extremamente desafiadoras e prioritárias** para a ação estatal.



Por influência desse contexto, a Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT/MDA) iniciou, em 2023, as tratativas com o FIDA para o desenho da terceira etapa do PDHC. Em particular, o referido desenho envolveu um amplo processo de diálogo com órgãos públicos e movimentos sociais, resultando no **lançamento do PDHC III em dezembro de 2024, com execução prevista até 2030!**



Evento de lançamento do PDHC III em dezembro de 2024, Brasília/DF.

Os componentes de atuação do PDHC III e as ações correspondentes

As intervenções para a operacionalização dos objetivos do PDHC III se darão por meio de
3 componentes de atuação:

1°

Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em uma Perspectiva Agroecológica

Melhorar a renda e a segurança alimentar e nutricional das famílias por meio do fortalecimento da capacidade produtiva dos (as) agricultores (as) familiares. Ademais, busca-se fortalecer as organizações da agricultura familiar para que sejam capazes de absorver o excedente da produção, transformá-los e comercializá-los com valor agregado.

Este componente atuará no(a):

- produção agroecológica resiliente e diversificada;
- fortalecimento de capacidades de acesso ao mercado; e
- assessoramento técnico virtual (ATV).

2°

Fortalecimento de Capacidades, Inovação e Disseminação do Conhecimento

Aprimorar e atualizar os conhecimentos, além das capacidades dos profissionais do Projeto (como as equipes de extensão e assessoramento técnico de campo), assim como uma parte dos sujeitos partícipes do Projeto, para promover a transição agroecológica e os sistemas agroalimentares sustentáveis e nutritivos.

Este componente atuará no(a):

- inovação e fortalecimento de capacidades;
- fortalecimento de capacidades dos (as) jovens; e
- gestão do conhecimento, Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) e diálogo de política.

3°

Gestão do Projeto e Monitoramento e Avaliação (M&A)

Serão realizadas todas as atividades necessárias ao gerenciamento do Projeto para garantir uma implementação eficiente por meio de uma Unidade Gestora do Projeto sob a responsabilidade da SFDT/MDA. Adicionalmente, o sistema de M&A apoiará o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos resultados.



Em relação às
**AÇÕES PREVIS-
TAS** em cada um
dos componen-
tes:

1°

Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em uma Perspectiva Agroecológica



Oferta de ATER e de outras modalidades de assessoramento técnico, aliadas ao fomento rural do MDS, com enfoque agroecológico e de convivência com o Semiárido, além de metodologias específicas para mulheres, jovens e PCTs

visando à produção de alimentos saudáveis, agregação de valor, acesso a mercados, organização coletiva e acesso às políticas públicas. Haverá ações direcionadas para a implementação de Sistemas Agroflorestais, Sisteminha Embrapa, Quintais Produtivos, além de pilotos de assessoramento técnico virtual, entre outros;



Integração do assessoramento técnico com a implementação de sistemas de acesso à água

para produção e consumo (cisternas do MDS e outros) e de reúso de água (como Bioágua e SARA);



Oferta de assessoramento técnico e investimentos específicos para organizações coletivas da agricultura familiar

capacidades organizacionais, a agregação de valor aos produtos e o acesso a mercados públicos e privados, incluindo ações que contribuam para o acesso aos selos de sanidade e marcas coletivas que especifiquem a origem dos produtos/serviços da agricultura familiar, PCTs e indígenas;



Apoio aos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS)

por meio de bolsas para estudantes e docentes e de investimento na elaboração e disseminação de conteúdos pedagógicos, para atuarem como multiplicadores de saberes e boas práticas agroecológicas nos territórios rurais, em articulação com Universidades e Institutos Federais; e



Implementação de um projeto-piloto de ATV

contemplando a realização de estudos sobre ferramentas, métodos, potencialidades, limites e inovações existentes referentes ao tema, de forma integrada e complementar à insubstituível dinâmica dos processos formativos presenciais, individuais e coletivos na agricultura familiar.

2°

Fortalecimento de Capacidades, Inovação e Disseminação do Conhecimento



Oferta de processos formativos

para as equipes de assessoramento técnico de campo e de organizações da sociedade civil, incluindo associações e cooperativas da agricultura familiar. O intuito disso é a qualificação da ATER e da co-construção do conhecimento nos territórios rurais.



Apoio ao desenvolvimento e acesso a tecnologias sociais adaptadas ao Semiárido

como a implementação de unidades de aprendizagem / demonstrativas, além da disseminação das boas práticas, inovações e lições aprendidas no Projeto.



Realização de eventos territoriais, regionais, nacionais e internacionais; intercâmbios e seminários

para a troca de experiências, a gestão social das políticas públicas e a inovação tecnológica na agricultura familiar, bem como a ampliação da participação da sociedade civil no ciclo de implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

53

3°

Gestão do Projeto, Monitoramento e Avaliação (M&A)



Implementação de sistemas de gestão do Projeto e ações de M&A

integradas às instâncias colegiadas de governança a nível territorial, regional e nacional, reunindo as organizações da sociedade civil representativas da agricultura familiar e os governos estaduais na preparação e no alinhamento das ações.

Alinhamento do PDHC III aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Todas as ações do PDHC III estão alinhadas ao cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU).

54

Nesse caso, são concentrados os esforços, principalmente, nos ODS sobre:



O foco das ações e o orçamento para o PDHC III

Nessa nova fase, o foco das ações do PDHC III é:

REDUZIR a POBREZA RURAL e as DESIGUALDADES de GÊNERO, GERAÇÃO e ÉTNICO RACIAIS

FORTALECER a RESILIÊNCIA da AGRICULTURA FAMILIAR aos impactos das mudanças climáticas, tendo como REFERÊNCIA os paradigmas da AGROECOLOGIA e da CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.

Para a implementação das ações previstas no PDHC III, o orçamento direto da SFDT/MDA é de, aproximadamente,

R\$ 221 milhões.

Desse total:

77,8%

serão oriundos do acordo de empréstimo junto ao FIDA.

55



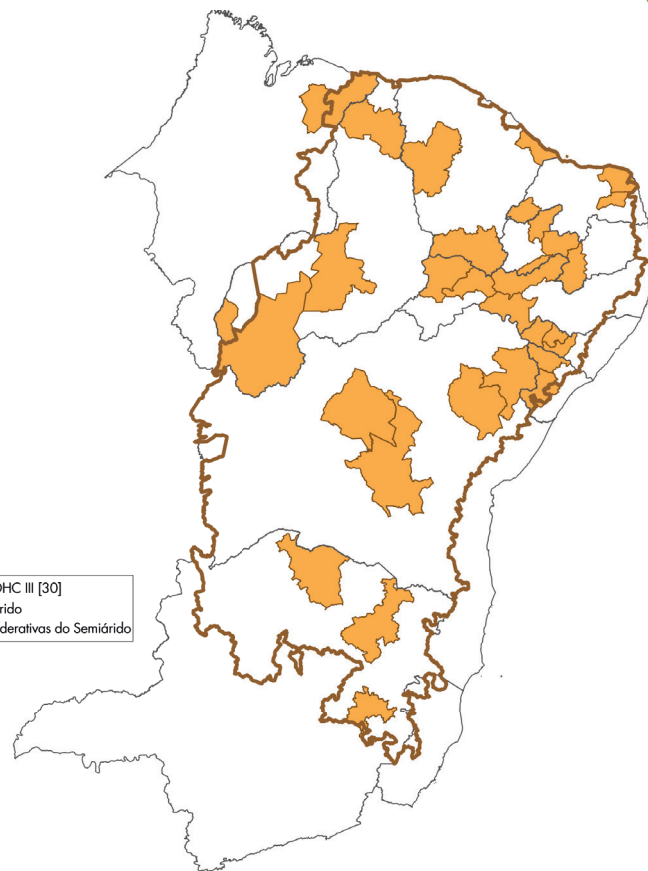
Abordagem territorial e área de atuação

O PDHC III está sendo planejado e implementado segundo a abordagem territorial de desenvolvimento rural sustentável, considerando o **TERRITÓRIO RURAL** como unidade de referência e buscando promover a **participação social e a sinergia entre os sujeitos dos territórios, a integração de políticas públicas e o fortalecimento da articulação federativa**.

A área de atuação do Projeto está sendo composta por **30 territórios rurais** do Semiárido, inseridos nos 9 estados da região Nordeste e Minas Gerais.

Para a definição dos territórios rurais foram considerados os seguintes **critérios de priorização**:

- Índice de risco à seca (MCTI);
- Concentração de assentamentos da reforma agrária;
- Possuírem, no mínimo, 50% de seus municípios localizados no Semiárido, conforme a Resolução CONDEL/SUDENE nº 150/2021;
- Índice de insegurança alimentar (MDS);
- Concentração de estabelecimentos da agricultura familiar;
- Concentração de PCTs ; e
- Incidência de pobreza (percentual de inscritos (as) no CadÚnico).



Público-alvo e formas de acesso

No PDHC III está previsto o atendimento a

90.000
famílias da agricultura familiar.

Serão priorizadas as famílias, os grupos e as organizações com as seguintes metas:



Estão incluídos nessas metas o atendimento a assentados (as) da reforma agrária e do crédito fundiário, que também são públicos prioritários do PDHC III.

A definição dos sujeitos partícipes do Projeto e o acesso ao PDHC III serão realizados de forma descentralizada, por meio de parcerias com:

- organizações públicas; e
- organizações da sociedade civil.

Esses parceiros deverão realizar busca ativa das famílias, grupos e organizações a serem beneficiados, fundamentando-se nas diretrizes e nos critérios de focalização do Projeto, além da adoção de metodologias participativas com enfoque territorial. O intuito é promover:

- a participação social;
- a integração de políticas públicas; e
- o fortalecimento da articulação federativa.



Caso você tenha alguma dúvida, críticas ou sugestões nos envie um
e-mail: *projetodomheldercamara@mda.gov.br*

